

DIREITA QUER 10 ANOS DE TRANSIÇÃO, JORNADA DE 52 HORAS E "BOLSA-PATRÃO" PARA FIM DA 6X1



Os partidos do Centrão e extrema-direita, oposição ao Governo Federal, liderados pelo PL, estão se articulando no Congresso Nacional para “empurrar” o fim da escalada 6X1, criando um tempo de transição de 10 anos, ou seja, com implantação somente em 2036.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que adia a implementação do fim da escala 6x1 foi apresentada pelo deputado Tião Medeiros (PP-PR) e é assinada por 171 parlamentares (21 deles de Minas Gerais, a maioria do PL).

A PEC também exclui diversas categorias de trabalhadores da redução de jornada sem redução de salário, como quer o Governo Federal, e mantém as 44 horas semanais para setores de “atividades essenciais”, a saber: ordem pública, abastecimento, infraestrutura e saúde.

Além disso, o negociado valeria sobre o legislado, ou seja, se o patrão fizer um “acordo” com os empregados, a lei trabalhista perderia o efeito.

Já uma emenda protocolada pelo deputado Sérgio Turra (PP-RS), autoriza os empresários a “negociarem” jornadas de até 30% acima das 40 horas. Isso significa, na prática, a criação de brecha para jornadas de 52 horas semanais, o que inclui a autorização de jornadas superiores a 10 horas por dia.

Bolsa-Patrão

A emenda do deputado Sérgio Turra também prevê compensação financeira para as empresas durante a transição. A ideia original da "bolsa-patrão" é do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que foi o primeiro a falar sobre o tema no início de 2026. As despesas das empresárias com os novos postos criados pelo fim da 6x1 seriam deduzidos integralmente da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e outros impostos. O Projeto ainda prevê a redução de 50% da contribuição patronal ao FGTS, que passaria de 8% para 4%.

Projeto paralelo

Para valer, essas emendas teriam que ser aceitas pelo relator do fim da PEC da 6x1, deputado Léo Prates (Republicanos-BA), que tem se inclinado a aceitar uma transição 'meio-termo', de três a quatro anos. Ele adiou a apresentação do relatório para a próxima semana.

O Governo Federal quer a implementação imediata do fim da 6x1 e a redução para 40 horas sem perda salarial. Para evitar surpresas com a PEC, o Governo Federal mandou um Projeto de Lei para tramitar em paralelo e substituir a PEC, caso ela não atenda as pretensões do Governo.

CONFIRA A LISTA DE DEPUTADOS MINEIROS QUE VOTAM CONTRA OS TRABALHADORES E CONTRA O FIM DA ESCALA 6X1:

PL

Nikolas Ferreira
Mauricio do Vôlei
Zé Vitor
Greyce Elias
Domingos Sávio
Lafayette de Andrada
Junio Amaral
Rosângela Reis
Marcelo Álvaro Antônio
Lincoln Portela
PP
Ana Paula Leão
Pedro Aihara
Pinheirinho

MDB

Newton Cardoso Jr
Hercílio Coelho Diniz
União Brasil
Rafael Simoes
Zé Silva
Luiz Fernando Faria
Republicanos
Gilberto Abramo

PDT

Mário Heringer
PSD
Diego Andrade

ASSINATURA DO ACT PRODEMGE JÁ!



No último dia 19/05, foi realizada audiência de mediação no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), solicitada pelo SINDADOS/MG, com a PRODEMGE.

O nosso Sindicato cobra da Empresa o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho vigente (2025/2027), uma vez que o reajuste salarial previsto, de 5,45%, foi aplicado de forma inferior, em apenas 5,05%, gerando perdas diretas nos salários e benefícios desde setembro de 2025. O SINDADOS/MG também cobra a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026, garantindo o que foi negociado e aprovado em assembleia.

Durante a negociação, foi conquistada a ampliação do benefício auxílio-filhos até a idade de 11 anos, 11 meses e 29 dias. No entanto, a Empresa segue sem efetivar este direito.

Histórico

O presidente da PRODEMGE, Roberto Tostes, chegou a assinar o ACT e encaminhá-lo ao SINDADOS para assinatura do Sindicato no dia 30/04/2026. Entretanto, o documento não foi assinado, pois estava com data

errada. O Sindicato solicitou a correção imediata do documento, coisa simples, pois a assinatura é virtual, o que ainda não ocorreu.

Trabalhadores têm denunciado ao Sindicato que ao procurarem o RH da Empresa têm recebido a informação de “ainda não havia retorno do ACT assinado pelo SINDADOS para efetivar a ampliação do limite de idade”. Essa justificativa não procede. O SINDADOS/MG está aguardando o ACT com a data corrigida, assinado pelo presidente, quando o assinará imediatamente e devolverá à Empresa.

Não justifica tanta demora, pois a assinatura do ACT é virtual, o que pode ser feito de qualquer lugar que o presidente esteja. Neste sentido, apelamos ao Sr. Roberto Tostes para que ponha fim a esta pendência desnecessária e pague aos trabalhadores o que é deles por direito.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Indra Company	0010132-10.2025.5.03.0139	28/05/2026	08:24	Videoconferência
Sindados MG	Stefanini	0010389-07.2026.5.03.0137	28/05/2026	08:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	03/06/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	17/06/2026	10:30	Videoconferência
Sindados MG	Squadra tecnologia	0010363-27.2024.5.03.0186	18/06/2026	14:15	Videoconferência
Sindados MG	Ativas Data Center	0010425-52.2026.5.03.0136	22/06/2026	08:00	Videoconferência
Sindados MG	EAC Engenharia (NERUS)	0010238-61.2022.5.03.0014	08/07/2026	13:30	Videoconferência

BIG TECHS SERÃO PUNIDAS SE NÃO RETIRAREM POSTAGENS DE GOLPES, RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E MULHERES



Dois decretos do governo Lula (PT), publicados no último dia 20/05, além de outros quatro Projetos de Lei, criaram novas regras para a atuação de grandes empresas de tecnologia (Big Techs) que atuam no Brasil. Basicamente, elas terão que retirar postagens, mesmo sem ordem judicial, que promovam golpes financeiros, racismo, homofobia e violência contra crianças e mulheres.

Os Projetos de Lei sancionados pelo presidente Lula tratam principalmente de proteção à mulher ameaçada ou vítima de violência.

Conteúdo dos decretos

A partir de agora, as Big Techs terão que remover conteúdo após notificação no caso de ilícitos, sem necessidade de ordem judicial, e informar usuários sobre suas ações e permitir contestações.

Os decretos também focaram na punição aos

golpes financeiros e fraudes na Internet, que têm aumentado muito nos últimos anos. Para evitá-los, as Big Techs devem evitar anúncios de golpes e fraudes (promoções fraudulentas ou anúncios de produtos ilegais), guardar dados das publicações para que os criminosos sejam eventualmente punidos e para que consumidores lesados possam mover ações contra os responsáveis.

Os decretos não preveem remoção de conteúdos entendidos como crítica social ou política, paródia, sátira, notícia e manifestação religiosa ou crença.

NOTÍCIA URGENTE



NERDS

Renatin 2026

SAIBA O QUE MUDA NOS VALES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO



Decreto do governo Lula obriga que os cartões de todas as bandeiras de vales sejam aceitos em todas as maquininhas, ampliando o número de estabelecimentos disponíveis para os trabalhadores.

Melhorou! Saiba o que muda nos vales alimentação e refeição

Os vales alimentação e refeição, independentemente da bandeira do cartão, vão ser aceitos em todas as máquinas, sem limitação de redes exclusivas. As taxas cobradas dos estabelecimentos terão um teto de 3,6%.

O valor, o fornecimento e o local de uso dos vales para os trabalhadores não sofrerão alterações. Também não haverá impacto financeiro para os empregadores.

As medidas ampliam o número de estabelecimentos à disposição do trabalhador, acaba com cashback ou vantagens financeiras (patrocínio, deságio, descontos, benefícios extras, marketing cruzado) para empresas que adotam determinadas bandeiras de cartão e aumentam o número de comércios pequenos e médios com o teto da taxa de administração.

O prazo de pagamento das empresas de cartão para os estabelecimentos será reduzido de 30 dias para 15 dias, beneficiando bares, mercados e restaurantes que aceitam os vales.

O Decreto 12.712, assinado pelo governo Lula em novembro de 2025, estabelece prazos para a aplicação das medidas.

Os cartões de todas as bandeiras deverão funcionar em qualquer maquininha de pagamento. Empresas com mais de 500 mil trabalhadores deverão implementar a medida em até 180 dias (começa agora, em maio de 2026). As demais terão 360 dias.

FORÇA DA MOBILIZAÇÃO: ENQUANTO META DEMITE OITO MIL TRABALHADORES, SAMSUNG MANTÉM 48 MIL



A mobilização mostrou a força dos trabalhadores em dois casos de demissão em massa.

A Meta, dona do Instagram, WhatsApp e Facebook, começou nesta quarta-feira, 20/05, uma demissão em massa que vai atingir oito mil trabalhadores. Segundo a empresa de Mark Zuckerberg, as demissões são para cortar custos com mão-de-obra e direcionar o dinheiro para investimento em Inteligência Artificial (IA), numa lógica que demonstra que o trabalhador é o que menos importa para este capitalista.

Em outro caso de (quase) demissão em massa, a Samsung, gigante coreana de tecnologia, ameaçou demitir 48 mil trabalhadores após negociações fracassadas sobre remuneração e bônus dos funcionários.

O sindicato local queria a abolição definitiva do teto de bônus de 50% dos salários anuais e a destinação obrigatória de 15% do lucro operacional anual da companhia para um fundo comum distribuído aos trabalhadores.

A Samsung queria pagar um bônus até seis vezes maior para 27 mil funcionários de setores ligados à fabricação de componentes de IA em relação aos 23 mil trabalhadores de outras áreas.

Pressionada pelo sindicato local, Samsung recua

O sindicato local não aceitou e ameaçou começar uma greve história de 50 mil trabalhadores nesta quinta-feira, 21/05.

A Samsung, então, recuou. A greve poderia travar a indústria de IA de todo o mundo, gerando um impacto internacional entre 70 bilhões e 104 bilhões de dólares, segundo cálculos do banco JP Morgan. A interrupção do fornecimento geraria uma perda de confiança no mercado.

Samsung e sindicato assinaram um acordo provisório e a greve foi suspensa. Hoje, a Samsung enfrenta uma fuga de talentos devido a salários pouco competitivos em relação ao mercado mundial.

A greve é uma arma poderosa dos trabalhadores, que unidos, podem mudar o curso da história.

Trabalhadores da Meta que enfrentam a realidade de demissão em massa precisariam se organizar e seguir o exemplo dos trabalhadores da Samsung.